

DESAFIOS

O ano de 2016 foi marcado por muitos desafios, decorrentes, principalmente, da continuidade da crise econômica aliada às crises política e fiscal; da mudança de orientação da política econômica; da redução nos níveis de investimento; e da ampliação do risco de crédito.

Um dos objetivos estratégicos traçados internamente para 2016 foi a ampliação do acesso ao crédito, sobretudo para empresas de menor porte. Com a deterioração econômico-financeira das empresas brasileiras, e a crescente concentração bancária, foi necessário buscar novas soluções para perseguir esse objetivo sem afetar a qualidade de nossa carteira de crédito.

A diminuição da atividade econômica e a maior aversão ao risco por parte dos agentes financeiros levaram a uma queda no desempenho de alguns de nossos principais programas e linhas automáticas, direcionados a empresas de menor porte.

Nesse contexto, passamos a buscar novos modelos de atuação, que nos aproximem de nossos clientes finais, em especial das MPMEs. Para tal, estruturamos um plano de ação digital com entregas até 2018, como a utilização de canais de distribuição alternativos, que possam ampliar nossa capilaridade; um ambiente no *site* destinado ao micro, pequeno e médio empreendedor; e a aprovação automática de operações indiretas. Além disso, trabalhamos para simplificar, padronizar e aprimorar o tratamento a esse segmento, buscando fortalecê-lo, entendendo sua importância para a retomada do crescimento econômico e a manutenção e geração de emprego e renda. Também estamos estudando formas de reduzir os prazos de tramitação das operações diretas, com meta de que 50% das aprovações ocorram em até 180 dias.

Em meados de 2016, lançamos instrumento de incentivo à revitalização de

ativos produtivos que se destina ao apoio da transferência de ativos produtivos, detidos por empresas em crise econômico-financeira, a empresas saudáveis. Em resposta às dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas nacionais, a iniciativa busca estimular a atividade econômica e a função social das empresas, preservando empregos e gerando renda.

Buscando estimular a participação de outras fontes de financiamento em projetos de infraestrutura, a partir de setembro de 2016 deixamos de realizar empréstimo-ponte. Para os setores de energia, ferrovias e aeroportos, lançamos novas condições de apoio, incorporando critérios importantes de governança. Saneamento e mobilidade urbana também foram áreas afetadas em função do cenário de restrição fiscal dos municípios, estados e União. Buscando contribuir para essa agenda, nos tornamos responsáveis por conduzir o processo de concessão e outras formas de desestatização de ativos do PPI. Na área de saneamento, 17 estados demonstraram interesse em participar. Esta atuação está sendo estendida para concessionárias de gás e iluminação pública.

Nossa missão de garantir, aos exportadores brasileiros, apoio compatível com o existente no mercado internacional também enfrentou desafios em 2016. O envolvimento de clientes na Operação Lava Jato culminou com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), concluída em 2016, e em inúmeros procedimentos de auditoria e investigação por órgão de controle. Mesmo sem qualquer indício de envolvimento em ilícitos, reavaliamos nossa carteira ativa de operações de pós-embarque relativas à exportação de bens e serviços de engenharia em função de determinações e recomendações das investigações e auditorias.

Nesse sentido, destaca-se o aperfeiçoamento da análise do processo de concessão de financiamento, abrangendo aspectos do projeto para além do conteúdo nacional exportado e financiado, tais como o impacto sobre a cadeia de fornecedores nacionais, principalmente micro, pequenas e médias empresas, e a estrutura de seu orçamento, envolvendo avaliação sobre adequação de custos, equacionamento das demais fontes de recursos e aspectos socioambientais.

Além disso, nosso apoio a exportações também passou a estar sujeito a novas medidas de *compliance* voltadas a exportadores e importadores, como a exigência de celebração de termo de compromisso específico para cada operação, que assegura mecanismos adicionais de controle e de punição.

Aqui, cabe mencionar a ênfase dada ao aperfeiçoamento de nossos processos e políticas. Nossa atuação para adaptar as condições de contratação de financiamento ao contexto atual do país e ao cumprimento de nossa missão institucional não se restringiu a nossas operações de apoio à exportação. Assim, cláusulas contratuais foram revisadas para contemplar aspectos não só de *compliance*, mas também socioambientais. Em outra frente, temos ainda buscado maior aproximação e diálogo com órgãos de controle e com entidades setoriais.

Por fim, temos envidado esforços para o aprimoramento dos processos de monitoramento de resultados oriundos de nosso apoio financeiro e a disseminação dessas técnicas para nosso corpo funcional, o que permitirá melhorar a avaliação de nossa atuação e nossa prestação de contas à sociedade e demais partes interessadas.

VISÃO DE FUTURO

Diante do atual desafiador contexto econômico, político, social e ambiental, reafirmamos nosso valor de **compromisso com o desenvolvimento**, buscando o fomento e o apoio ao crescimento de uma estrutura produtiva diversificada, integrada, dinâmica, inclusiva, sustentável e competitiva.

Ainda no primeiro semestre de 2017, vamos realizar um seminário, em parceria com o Banco Mundial, com a presença de diversos bancos de desenvolvimento, para debate do papel de instituições como a nossa em economias estáveis. Esse evento será o marco inicial de um processo participativo para a construção de um Plano de Negócios 2018-2023 e uma ampla reflexão estratégica no horizonte 2030.

Numa visão mais imediata, estabelecemos em 2016 alguns focos prioritários para nossa atuação no biênio 2017-2018.

Como já explícito na mudança realizada em nossas políticas operacionais, nossos recursos em TJLP serão alocados para projetos com maior retorno social do que privado, privilegiando em nossa análise o projeto em si, e não mais o setor. O desenvolvimento socioambiental será nossa diretriz transversal, traduzindo nosso compromisso com projetos de alta efetividade, que combinem impacto e sustentabilidade econômica, social e ambiental. Mais diretamente, daremos ênfase a energias alternativas, proteção ambiental, saúde e educação.

Assumiremos outros papéis além daquele de financiador de longo prazo, provendo garantias, estruturando operações no mercado de capitais e coordenando processos de desestatização. Nesse sentido, está em estudo a ampliação do alcance do

Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI), com aumento de seus beneficiários potenciais e alteração dos limites de dispensa de exigência de contragarantias reais.

Continuaremos nosso trabalho para ampliar o acesso ao crédito com foco no aumento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas e na inclusão econômica e social por meio do microcrédito. Para tal, já em 2016 começamos estudos e articulações para a estruturação de novos canais de distribuição. Começamos também a desenvolver e implementar mudanças nos processos internos de concessão de modo a agilizar e facilitar a interlocução com nossos clientes, buscando a redução drástica do prazo de tramitação dos projetos no Banco e automatizando processos. Também está em desenvolvimento em nosso *site* um ambiente exclusivo para micro, pequenos e médios empresários, que irá facilitar o acesso e a tramitação dos pedidos desse público. Essas ações são parte de uma agenda digital, com entregas previstas até 2018. Outros passos importantes são a expansão do Cartão BNDES para pessoas físicas e a revisão das regras de credenciamento do BNDES Finame.

Outro foco que se mantém prioritário em função de suas características de grande externalidade e impacto no aumento da competitividade e produtividade do país é nosso apoio à infraestrutura, em especial a projetos de saneamento e transporte. Além do apoio financeiro, auxiliaremos os estados e municípios na articulação e estruturação de projetos, e conduziremos o processo de concessões e outras formas de desestatização de ativos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal.

No que concerne a indústria e serviços, privilegiaremos iniciativas voltadas para o aumento da produtividade e competitividade, colaborando para a inserção das empresas brasileiras em cadeias de valor global. Operações, como as do plano Inova Mineral, associadas à formação de ambientes inovadores serão fomentadas por nós, e fortaleceremos nosso apoio ao desenvolvimento e à difusão de tecnologias e capacitações. Um exemplo é a contratação de estudo sobre internet das coisas (IoT), que será utilizado como insumo para o Plano Nacional de IoT.

Continuaremos buscando o desenvolvimento e o fortalecimento do mercado como fonte de acesso de capitais, bem como a promoção de boas práticas de governança corporativa, *compliance* e responsabilidade socioambiental. Com esse objetivo, desenvolvemos novos produtos para o financiamento de infraestrutura, como o Fundo de Energia Sustentável e o uso de *green bonds*, que contribuem para mitigação de falhas de mercado, como baixa liquidez e alta concentração em investidores pessoas físicas. Também estruturamos o primeiro fundo de *venture debt* brasileiro para apoio a pequenas e médias empresas inovadoras e com alto potencial de crescimento. Por fim, atuando na indução do desenvolvimento sustentável nacional, buscaremos recuperar a força de nosso papel como pensadores, formuladores e influenciadores de políticas de desenvolvimento.

Após um ano de transição, com mudanças de direcionamentos na economia e revisão de processos internos, poderemos perceber com maior intensidade os resultados alcançados a partir de 2017.